



ICMEEI

CONGRESSO MARANHENSE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA



II CCEEI

CONGRESSO CAXIENSE DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA



I CEEI

CONGRESSO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
CURSO DE PEDAGOGIA - CESC/UEMA

ANAIS DO EVENTO

 **SENTIDOS**
INSTITUTO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

 **CLIO**HOST
SERVIÇOS WEB

 **acervo+**
Eventos

Revista Acervo 
Educativa

ANAIS DO EVENTO

CONGRESSO MARANHENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA - I
CMEEI
CONGRESSO CAXIENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA - II CCEEI
CONGRESSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA - CURSO DE
PEDAGOGIA - CESC/UEMA - I CEEI



APOIO:



INTEGRANTES DA COMISSÃO

Profa. Dra. Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha

Presidente da Comissão Científica

Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento

Presidente da Comissão Organizadora

Prof. Esp. Aristóteles Menezes Lima

Coordenador Geral do Evento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE REVISTAS EM QUADRINHOS NA FILOSOFIA DO 6º AO 9º ANO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	8
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ACADÊMICOS MEDIANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO MARANHÃO	14
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA	18
A INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI DA APRENDIZAGEM EM EMPRESAS DO ESTADO DO MARANHÃO.....	21
A LIBRAS COMO MEIO DE INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO	24
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E O DESENHO UNIVERSAL DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: ALTERANDO A FORMA DE FALAR PARA A ADAPTAÇÃO DE QUEM IRÁ OUVIR DURANTE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	27
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS EM UMA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ	30
EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCANDO, BRINCANDO E INCLUINDO.....	33
GESTÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE): RELATO DE UMA PROPOSTA METODOLÓGICA ..	36
O ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PUBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO: A LIBRAS COMO MEDIADORA DA INCLUSÃO.....	39
O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	42
PERSPECTIVA INCLUSIVA NO ESPAÇO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS AOS EDUCADORES	45

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos reunidos nesta coletânea em forma de anais são parte integrante do I Congresso Maranhense de Educação Especial e Inclusiva (CMEEI), II Congresso Caxiense de Educação Especial e Inclusiva (CCEEI) e o I Congresso de Educação Especial e Inclusiva - Curso de Pedagogia - CESC/UEMA, que aconteceu no período de 28 a 30 de novembro de 2019. Significou uma análise crítica sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, pautada no ensino de pessoas a partir da compressão da unicidade, individualidade e completude do ser humano, aliando teoria e prática na produção de conhecimentos, atentando para o cuidado de pessoas com deficiências, suas potencialidades e características.

Os congressos supracitados foram organizados pelo Instituto Sentidos, que possui larga experiência em promover eventos e acompanhar atividades na área de Educação Inclusiva e Especial de pessoas com deficiências, em parceria com o Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC da Universidade estadual do Maranhão – UEMA, o qual busca desenvolver ações inclusivas e especial intermediadas por suas três funções de ensino, pesquisa e extensão. Estes eventos tiveram também a contribuição do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares: Educação, Saúde e Sociedade, credenciado pelo CNPq/UEMA, através das linhas de Pesquisas: Educação Inclusiva, Libras e Braille: políticas públicas.

O I Congresso Maranhense de Educação Especial e Inclusiva (CMEEI), II Congresso Caxiense de Educação Especial e Inclusiva (CCEEI) e o I Congresso de Educação Especial e Inclusiva – Curso de Pedagogia – CESC/UEMA tiveram como **objetivo geral**: promover um espaço de discussão e reflexão a respeito da produção do conhecimento científico no campo das políticas públicas de Educação Especial e Inclusiva e práticas pedagógicas, possibilitando a construção de saberes e experiências educativas inovadoras.

Desta forma, a **equipe organizadora** foi composta por: Prof. Aristóteles Meneses Lima (Coordenador Geral do Evento); Profa. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento (Presidente da Comissão Organizadora); Profa. Maria de Fátima da Silva; Prof. Fernando Sampaio; Profa. Maria Lourdene Costa Paula e Profa. Márcia Raika Silva Lima. A **Comissão Científica**: Profa. Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha (Presidente da Comissão Científica); Prof. Marcos Vinícios; Profa. Nadja Regina

Sousa Magalhães; Prof. Denilson Barbosa dos Santos; e Prof. Joelson de Sousa Morais.

Entendemos que o processo de inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo, no ensino superior, ainda se encontra marcado por indefinições sobre a forma como deve acontecer e, apesar de muitas instituições se mostrarem receptivas à chegada dessas pessoas, os pais e até mesmo os professores ainda constataam que há o despreparo ou a falta de formação para recebê-las, gerando inseguranças em todos os atores envolvidos e partícipes do processo. Nesta perspectiva, os congressos tiveram como **tema**: Políticas públicas e práticas pedagógicas no contexto da inclusão e inovação.

Nesse interim, a evolução tecnológica e a emergência de políticas educacionais que promovem a inclusão, têm permitido às pessoas com necessidades especiais novas possibilidades de estudo e trabalho, particularmente o acesso ao Ensino Superior. Porém, isso só se torna possível a partir da efetivação de políticas educacionais e institucionais, que visem o desenvolvimento da autonomia desses estudantes através do apoio de todos os participantes do contexto acadêmico.

Nestes congressos, a educação especial e inclusiva foi abordada primando por uma concepção de educação fundamentada nos princípios dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola, instituição responsável pela educação formal e sistemática.

Os organizadores, equipe científica, monitores e os palestrantes do evento entendem que a inclusão da pessoa com deficiência na escola é um princípio de valorização do ser humano sem nenhum tipo de preconceito, para que elas possam exercer sua cidadania e se sentir integradas na sociedade, participando ativamente do processo de aprendizagem e das atividades educacionais propostas, contando com o apoio da escola, da equipe multidisciplinar, professores, família e a comunidade. No contexto da prática pedagógica da educação especial e inclusiva é necessário efetivar mudanças, principalmente por ser o professor o profissional que exerce o papel de um dos mediadores entre o total da sociedade e o particular do educando.

Portanto, os trabalhos que estão compondo essa coletânea em forma de anais a seguir, refere-se ao I Congresso Maranhense de Educação Especial e

Inclusiva (CMEEI), II Congresso Caxiense de Educação Especial e Inclusiva (CCEEI) e o I Congresso de Educação Especial e Inclusiva – Curso de Pedagogia – CESC/UEMA, no qual analisamos as percepções dos professores, alunos e da comunidade sobre Educação Especial e Inclusiva em vista das Políticas públicas e práticas pedagógicas no contexto da inclusão e inovação. Assim, de um modo muito especial, agradecemos todos os participantes e os colaboradores para efetivação desse evento.

Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento - Presidente da Comissão Organizadora
Caxias - MA, janeiro de 2020
Professora Adjunto I da Universidade estadual do Maranhão – UEMA/CEC
Departamento de Educação – Curso de Pedagogia
Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia de Caxias – MA

A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE REVISTAS EM QUADRINHOS NA FILOSOFIA DO 6º AO 9º ANO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

OLIVEIRA, Francisca Amujacy Silva¹
NASCIMENTO, Franc-Lane Sousa Carvalho²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nesse trabalho analisamos a contribuição da produção de revistas em quadrinhos nas aulas de Filosofia. Para tanto, delimitamos como problema de pesquisa: Como a produção de revistas em quadrinhos pode contribuir com a aprendizagem nas aulas de Filosofia, no processo de inclusão escolar? A produção de revistas em quadrinhos assume sua importância na criatividade e desenvolvimento da leitura e da escrita, desempenhando uma função estratégica na aprendizagem.

OBJETIVO: Analisar a produção de revistas em quadrinhos para o desenvolvimento da leitura e da escrita nas aulas de Filosofia de 6º ao 9º ano, em vista da inclusão escolar. A sala de aula é um contexto singular, no qual interagem pessoas com identidade diversificadas, valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de condutas, trajetórias peculiares e possibilidades cognitivas diversas em relação à aprendizagem.

METODOLOGIA: Método indutivo e experimental, pesquisa bibliográfica e descritiva com base na concepção qualitativa, e constou de duas partes: fundamentação teórica nos autores que refletem sobre revistas de histórias em quadrinhos, na perspectiva da educação especial e inclusiva, tais como: Cagnin (1975), Cirne (2000) e outros; e

¹Francisca Amujacy Silva Oliveira: Mestranda do curso de pós graduação, Mestrado em Ciências da Educação, pela Universidade UnilogosUniversity. Especialista em Filosofia Contemporânea pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP, Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira – ISEP. É professora da Educação Básica. Trabalha como Coordenadora na Secretaria Municipal de Educação Ciências e Tecnologias de Caxias – MA. E-mail: amujacysilva@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Líder do GRUPO DE PESQUISAS INTERDISCIPLINARES: Educação, Saúde e Sociedade (CNPq/UEMA). Participou de um Estágio do Doutorado em Educação no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - UL. Professora Adjunto I do Departamento de Educação da UEMA do Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC. Atualmente é Diretora do Curso de Pedagogia do CESC/UEMA Portaria n. 117/2019 - GR/UEMA. Trabalha como Coordenadora na Secretaria Municipal de Educação Ciências e Tecnologias de Caxias – MA. E-mail: franclanecarvalhon@gmail.com

a contribuição da produção de revistas em quadrinhos, em que se analisou a produção das revistas pelos alunos. O campo da pesquisa e experimentação foi uma escola de Caxias - MA. Entendemos que os estudiosos como: Cirne (2000); Ramos, Vergueiro e Ferreira (2014), definem as histórias em quadrinhos como excelente material de apoio didático em sala de aula, pois favorecem também a inclusão escolar.

RESULTADOS: Os resultados apontaram que a produção de revistas em quadrinhos pode contribuir com o ensino aprendizagem nas aulas de Filosofia no ensino fundamental. Desta forma, no período de 2014 a 2016, a professora da disciplina Filosofia, com alunos em escola da rede pública municipal do Estado do Maranhão, utilizou a produção dessas revistas, enfocando o ensino de Filosofia, tendo-a como apoio ao tratamento de temas da Filosofia de forma lúdica. Nesse sentido, verificamos que a inclusão escolar de pessoas com necessidade especial é fato complexo na educação brasileira, mesmo com a ausência de informações precisas quanto ao resultado de inserção, tanto entre os educadores quanto entre os pais e pessoas com deficiência. Conforme Mendes (2006), apesar da ação educacional estar apoiada nas Leis e apresentar avanços, esse processo apresenta inúmeras dificuldades, sendo um enorme desafio a ser superado por todos os envolvidos. Embora não se tenham muitos dados sobre pessoas com necessidades especiais no ensino superior, estudo de Silva (2011) aponta as deficiências recorrentes em alunos especiais matriculados nas escolas regulares. Vale ressaltar que os achados da referida pesquisa indicaram que a deficiência intelectual acomete o maior número de discentes atípicos incluídos no ensino regular. Esse projeto, Além das Letras as Ideias e Além das ideias as Reflexões, por meio de uma Escola do Estado do Maranhão, realizam exposições, tornando conhecido o acervo de obras dos alunos no período de 2014 a 2016. Professora e escola oferecem oportunidade de apreciar as obras das histórias em quadrinhos dos alunos, que foram organizadas a partir de produções originais, estas exposições reuniram 37 revistas em papel A4, produzidas em oficinas entre 2014 a 2016. A revista constituiu-se em um meio de incentivo à leitura e produção de texto, à qual se dedicou com afinco durante esses três anos.

CONCLUSÃO: A partir desse contato com a Filosofia e o espaço que lhes foi dado, os alunos encontraram expressão pessoal, capaz de discernir as possibilidades artísticas inerentes a cada um deles e zelaram pelos processos formativos inclusivos, favorecendo desta forma, o processo de ensino e aprendizagens. O processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência, ainda encontra-se marcado por indefinições sobre a forma

de como deve acontecer, e apesar de algumas instituições se mostrarem receptivas à chegada dessas pessoas, os pais e até mesmo os educadores ainda constatam que há o despreparo ou falta de formação para recebê-las, gerando inseguranças nos atores envolvidos. No entanto, a produção da revista em quadrinho ajudará no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

CAGNIN, Antônio Luiz. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática. 1975

CIRNE, Moacy. **Quadrinhos, sedução e paixão**. Petrópolis: Vozes, 2000

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **RevBras de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006

RAMOS, Paulo, VERGUEIRO, Waldomiro, FERREIRA, Diego. **Quadrinhos e Literatura: diálogos possíveis** organização. São Paulo: Criativo, 2014

SILVA, M. M. P. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: uma análise das publicações da revista nova escola**. (Monografia). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MARQUES, Katiúscya Albuquerque de Moura¹
SCABELLO, Andrea Lourdes Monteiro²

RESUMO

A Educação Inclusiva nos faz refletir sobre a diversidade dos sujeitos que constituem a sociedade e os variados aspectos da vida humana, contudo, ainda encontramos professores despreparados para trabalhar com essa multiplicidade em sala de aula. Entendemos que as políticas públicas relacionadas a temática avançaram, entretanto, as condições de acesso e a permanência de todos na escola, ainda são deficitárias no que tange a infraestrutura física e a formação do professor, especialmente, no âmbito da formação inicial. A Resolução CNE/CP nº 1/2002 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica na perspectiva da Educação Inclusiva em seu inciso II, trata justamente sobre o acolhimento à diversidade. Contudo, notamos uma lacuna com relação a formação inicial dos professores. Os cursos de Licenciatura, exceto os de Pedagogia, não contemplam na matriz curricular conteúdos que promovam a formação humana dos profissionais da educação na perspectiva inclusiva. Somente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aparece como disciplina obrigatória. Nesse sentido, esta pesquisa se faz relevante, porque discute questões relacionadas à formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, já que um dos problemas de sua efetivação é justamente essa questão que perpassa as instituições de formação, sejam elas públicas ou privadas. Nesse aspecto, pensamos ser necessário um trabalho colaborativo entre os sujeitos que se formam nas Instituições de Ensino Superior (IES), inclusive os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE),

¹Professora de Geografia e Pedagogia. Me. em Geografia-UFPI. Professora da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-PI. E-mail: katiuscymarques@gmail.com

²Bacharel e Licenciada em Geografia, Arqueóloga e Pedagoga. Professora Associada II da Licenciatura em Geografia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ascabello@hotmail.com

intérpretes e os outros professores das demais áreas, possibilitando a estes profissionais trabalhar juntos na elaboração de atividades que venham auxiliar o desenvolvimento do estudante. **OBJETIVO:** Analisar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. **METODOLOGIA:** Realizamos uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, no intuito de verificar aspectos da formação dos licenciados em geografia oriundos da Universidade Federal e Estadual do Piauí, através da análise dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) e das suas respectivas matrizes. **RESULTADOS:** Observamos ausência de disciplinas com conteúdos relacionados a Educação Inclusiva e, até mesmo, associadas com a Educação Especial. O cenário atual das duas IES indica que a inserção dos conteúdos mencionados é feita de maneira pontual e esporádica. No caso da UFPI, por meio de cursos de extensão, e no caso da UESPI, por meio de oficinas de Cartografia Tátil, com os cursistas do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Assim, há a expectativa desta pesquisa poder contribuir para o debate da formação de professores de geografia, possibilitando um olhar mais atento para os PPC dos cursos de Licenciatura. Inclusive no que diz respeito aos estágios curriculares obrigatórios que não são realizados em instituições onde existe a presença de pessoas com deficiência. Isso indica que precisamos avançar na reformulação dessas questões ligadas a organização curricular. É preciso eliminar barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes, na comunicação, na informação, nas tecnologias, mas principalmente as comportamentais, para criar pontes de acessibilidade atitudinais. Pensando sobre isso, Mizukami *et al* (2010) afirma que a situação da formação docente se tornou mais complexa, pois não se restringe ao domínio dos conteúdos e à didática de sua construção com os discentes, mas como uma educação politizada, empenhada na aquisição de valores éticos e morais, que considere o desenvolvimento da pessoa de forma integral. Para Maroy (2009), a profissionalização do corpo docente caminha junto, em vários países, com a valorização do modelo prático reflexivo. Desta forma, rever essa organização curricular por meio das matrizes é fundamental para criar uma identidade inclusiva aos graduandos de geografia das duas IES no Piauí, a partir da formação inicial dos professores. Isto não deveria ser a função, somente, dos cursos de pós-graduação, como acontece na atualidade. Diante do exposto, percebe-se que os programas de formação inicial até então não contemplam todos os cursos de Licenciatura e “a formação e disponibilização de professores para o AEE, de tradutores e intérpretes

da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (BRASIL, 2015, Art. 28-XI) é ineficiente, concernindo ao professor procurar essa formação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este estudo contribuiu para perceber as novas exigências que surgem no contexto dos saberes docentes e da profissionalização dos licenciados em geografia. Contudo, é importante dizer que essa formação deve perpassar também, pela educação inclusiva, ou seja, valorizar e trabalhar com as diferenças, não somente culturais, sociais, mas também físicas, psicológicas etc., promovendo uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, 9 abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017

_____. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 08 set. 2017

MAROY, C. O modelo do prático reflexivo diante da enquete na Bélgica. *In*: TARDIF, M.; LESSARD, C. (org.). **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.67-92

MIZUKAMI, M. da G. N.; REALI, A. M. de M. R.; REYES, C. R.; MARTUCCI, E. M.; LIMA, E. F. de; TANCREDI, R. M. S. P.; MELLO, R. R. de. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUFScar, 2010

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ACADÊMICOS MEDIANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO MARANHÃO

SOUSA, Valciléia Neves dos Santos (UEMA)¹
LIMA, Márcia Raika e Silva (UEMA)²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Atualmente a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais-NEE'S é um direito a ser garantido pelo poder público nos âmbitos municipal, estadual e federal, para que haja o acesso e permanência, com qualidade, desses alunos nas escolas de ensino regular. Alunos com NEE's entende-se como aqueles com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Ao longo da história da educação, especificamente antes da década de 1900, as pessoas com deficiências foram excluídas do meio social, condição que, atualmente, ainda é evidenciada diante das dificuldades enfrentadas por essas pessoas para terem acesso aos diferentes setores sociais. Com o exposto, compreende-se que a inclusão escolar passou a ser amplamente difundida, sobretudo, na Declaração de Salamanca (1994), que preceitua o direito de todas as pessoas com NEE's estudarem em instituições escolares de ensino regular. A motivação para a escrita deste estudo emergiu da experiência que se vivenciou no desenvolvimento do projeto intitulado "A Formação de Professores e Acadêmicos sobre acessibilidade nas instituições educacionais de uma cidade do Estado do Maranhão: possibilidades para a constituição da educação inclusiva", do Programa Institucional de Bolsa de Extensão-PIBEX/UEMA. **OBJETIVO:** Formar professores da Educação Básica e acadêmicos com conhecimentos teóricos e práticos, sobre acessibilidades nas instituições públicas de ensino regular, como possibilidades para a constituição da educação inclusiva, de uma cidade do Maranhão-MA. Haja vista a análise de que no MA, o índice de matrículas de alunos com deficiências, Transtornos globais do desenvolvimento têm aumentado nas

¹Acadêmica de Pedagogia. CESC/UEMA. E-mail: cyleiasantos9319@gmail.com

²Professora Doutora em Educação e Orientadora. CESC/UEMA. E-mail: marciaraiika@hotmail.com

escolas de Educação Básica e no Ensino Superior. Compreensão analisada pelo INEP (BRASIL, 2016, p. 11), ao evidenciar que “há 48,8 milhões de matrículas nas 186,1 mil escolas de Educação Básica no Brasil. [...] no Estado do Maranhão a rede municipal apresenta participação acima de 60%”. Dessa forma, destaca-se a importância desse estudo, visto que há necessidade de se fazer relação entre a formação de professores que atuam na educação inclusiva e suas práticas, para mediar as atividades docentes de modo que os alunos com NEEs tenham acesso ao currículo formal. **METODOLOGIA:** A base metodológica é de cunho qualitativo, com foco na abordagem sócio-histórica. Os instrumentos e técnicas utilizadas foram a entrevista semiestruturada. Diante disso, sucedeu-se a realização de visitas à Secretaria Municipal de Educação de um município do Estado do Maranhão para a identificação de escolas que tivessem alunos com NEE's matriculados e frequentando. De posse da relação das escolas, realizou-se entrevista com 29 professores das 12 escolas identificadas, as respostas foram transcritas e se tornaram de fundamental importância para a continuidade do projeto, que consistiu na realização de curso de formação contínua para professores da Educação Básica e acadêmicos de um Centro de Estudos Superiores da UEMA. **RESULTADOS:** Primeiramente, buscou-se a identificação de escolas que tivessem no mínimo três alunos públicos da educação especial, matriculados e estudando em uma mesma sala de aula em instituições de Educação Básica, sobretudo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram identificadas, dessa forma, 12 escolas com os critérios mencionados. Por conseguinte, foi-se a campo para realização de entrevista com os docentes. Foi possível entrevistar 29 professores que ministravam aulas nos anos iniciais e que tinham alunos público da educação especial incluídos. Para que o curso de formação ancorasse no interesse dos participantes, isto é, fosse elaborado como base nas necessidades formativas dos cursistas, propõe-se como questão central da entrevista: O que você gostaria que fosse desenvolvido/abordado ao longo de uma formação de professores em educação especial e inclusiva? Os dados coletados foram organizados e redigidos em tabelas por categoria de perguntas e respostas, seguindo a ordem das escolas visitadas. Diante disso, foi possível analisar as necessidades formativas comuns aos professores, agrupando-as em nove categorias, isto é, em conteúdos temáticos que os professores necessitavam para o trabalho com alunos com NEE's em sala de aula. Desvela-se nos resultados da pesquisa, que as necessidades formativas que mais tiveram evidência nas vozes docentes, foi a

necessidade por oficina de confecção de materiais didáticos para ensino da LIBRAS, Braille e para o aluno autista. Com base nisso, analisou-se que os professores ainda compreendem os cursos de formação de professores com atividade prática e como modelos a serem seguidos para o desenvolvimento das atividades docentes em sala de aula. Divergindo da compreensão de Day (2001), ao afirmar que a formação de professores permeia necessidades formativas que possibilitem a promoção do desenvolvimento profissional contínuo, de modo que os professores possam acompanhar as mudanças no campo educacional, refletindo, revendo e renovando seus conhecimentos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. Diante do exposto, seguiu-se para mais uma etapa do projeto que foi realizado curso de formação, que aconteceu em 6 encontros com os seguintes temas: Acessibilidade para alunos surdos; Acessibilidade para alunos com deficiência intelectual; Acessibilidade para alunos com Espectro Autista; Acessibilidade para cego, com baixa visão e Adaptação de recursos para alunos com necessidades Educacionais Especiais. Cada encontro, para realização da formação, foi subsidiado por atividades teóricas e práticas que serviram de subsídio para que os professores e acadêmicos compreendessem sobre o ensino e aprendizagem de alunos da educação especial incluídos em sala de aula regular, isto é, compreendessem sobre a acessibilidade arquitetônica e de acesso ao currículo formal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluiu-se que o estudo desenvolvido trouxe contribuições significativas para o Centro de Estudos Superiores da UEMA e para os professores de escolas públicas que estão imersos no contexto da educação inclusiva, por se entender que existe precariedade diante do sistema educacional atual, frente à operacionalização da educação inclusiva, no Município em que a formação ocorreu e no Estado do MA, de forma geral. A execução do curso de formação tornou-se pertinente diante das características das Universidades que consistem, dentre outras, na criação e na difusão da cultura, do saber, da ciência e da tecnologia. Destarte, a compreensão das necessidades formativas dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas, proporcionou aos participantes, conhecimentos teóricos e práticos sobre as temáticas em educação especial e inclusiva, viabilizando possibilidades para efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial, incluídos na escola regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica**. Notas Estatísticas. Brasília-DF, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf.> Acesso em 20 de mar. 2018

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília/DF: CORDE, 1994

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília/DF: 2008

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Portugal: Porto, 2001

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA

SOUZA, Luana Campos Gines Lorena de¹
SILVA, Antonia Maria Cardoso e²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa apresenta análises dos estudos de diversos autores que focalizam a importância da educação da pessoa surda e sua real inclusão no sistema de ensino, bem como a importância do contato com a Língua Brasileira de Sinais. O tema escolhido justifica-se, tendo em vista que o conhecimento referente à aprendizagem da língua de sinais pela pessoa surda é fundamental para o seu desenvolvimento e inclusão na escola regular, além de ser uma temática que carece de estudos. **OBJETIVOS:** Analisar a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais na escola; Compreender como os professores lidam com alunos surdos; e Conhecer novas metodologias de ensino para surdos. **METODOLOGIA:** Para a realização deste estudo de abordagem qualitativa, optou-se pela Pesquisa Bibliográfica, visando buscar dados qualitativos sobre o tema Fonseca (2002). Além desta, a Pesquisa de Campo, com pedagogos/professores do CEMAI - Centro Municipal de Apoio à Inclusão no Rio Grande do Norte, no qual existe uma sala com um total de oito alunos surdos matriculados e que necessitam do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A coleta de dados foi realizada com as técnicas da observação e do questionário. **RESULTADOS:** Diante da Pesquisa Bibliográfica, apreendeu-se que ao longo dos anos, com o crescimento e expansão da comunidade surda no mundo, houve grandes avanços e meios tecnológicos que contribuíram para o crescimento do ensino da língua de sinais. Na década de 60 começaram a surgir estudos sobre as Línguas de Sinais utilizadas pelas comunidades surdas, com interesse linguístico através dos estudos de William Stokes. Além deste, existem

¹Professora da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Ceará-Mirim/RN. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFPI. E-mail: luanagines@hotmail.com.

²Professora substituta da UFMA. Mestre em Ciência em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pela ULHT/UNIUBE. E-mail: antoniacardoso208@yahoo.com.br.

outros métodos de educação de surdos. Cabe mencionar: Oralismo e Gestualismo Lacerda (1996). Ressalta-se que a educação bilíngue é uma filosofia de ensino que recomenda o acesso a duas línguas no contexto escolar, sendo a Língua de Sinais considerada como língua materna Mantoan (2003). Por sua vez, a Pesquisa de Campo se deu com três professoras, pedagogas e especialistas em Libras, atuantes no CEMAI. Quando questionado se as escolas estão preparadas para atender pessoas surdas, as professoras responderam que *“na maioria das vezes não, porque grande parte dos profissionais ainda não estão preparados e falta estrutura física para atender essa demanda”*. Outro questionamento foi com relação a legislação que ampara a comunidade dos surdos, e se são suficientes para que haja a inclusão. A resposta demonstra que *“grande parte da comunidade desconhece as leis, até mesmo os próprios pais [...] ainda há um vácuo sobre a inclusão pois ela acontece lentamente”*. Nesse ponto, as professoras alertam dizendo que a comunidade necessita ser mais ativa em reconhecer os direitos e deveres, pois não existe escola para os normais e sim para levar o conhecimento a todos, seja ele especial ou não. Dessa maneira, levantou-se outro questionamento: Quais os benefícios da Língua de Sinais para o contexto educacional atual? As professoras responderam que *“a partir desse ensino os surdos tiveram mais oportunidades tanto em poder ter uma formação, a começar pelo ensino regular ou até mesmo um curso superior, a fim de entrar no mercado de trabalho formal”*. Ficou evidente que a importância dessa língua ocorre com a inclusão do surdo no ambiente escolar, sendo a escola de fundamental importância na formação do cidadão para garantir-lhe o direito de ser alfabetizado em sua língua Paiva (2009). Ainda no questionário, perguntou-se os professores estão preparados para atender alunos surdos em sala de aula. Como resposta: *“Nem todos, pois o sistema de ensino oferece preparação, porém ainda não é suficiente para atender a demanda [...] faltam profissionais formados na área, por isso o nosso trabalho no Centro [...] somos especializados”*. Segundo as professoras, ficou claro que infelizmente ainda precisa de profissionais qualificados para dar continuidade ao ensino de Libras nas escolas regulares. No próximo questionamento, indagou-se a inclusão do ensino de Libras nas escolas não dificulta o aprendizado de outros alunos? Na visão das professoras não, *“pois todo indivíduo necessita do aprendizado, ainda mais quando se trata desse assunto em especial [...] se todos já dominassem essa língua facilitaria muito a educação e aceitação da sociedade com relação aos surdos”*. Por fim, foi levantado o questionamento final: ensinar Libras nas escolas não

aumentaria o preconceito dos alunos? *“Infelizmente não era para existir. Porém, essa exclusão começa em casa com os próprios pais, pois muitas vezes, por ter um filho surdo, limita-se o espaço, a atividade e até mesmo o aprendizado do mesmo”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir do estudo proposto pela pesquisa, foi possível constatar que houve um avanço no que se refere à importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na escola. Verificou-se que os direitos dos deficientes, de certa forma, são garantidos, porque todos podem frequentar as classes regulares de ensino, possibilitando oportunidades de inclusão, além do serviço multiprofissional do CEMAI. Entretanto, vale ressaltar que apesar desse suposto avanço, os objetivos de uma escola inclusiva ainda não foram atingidos efetivamente. Até agora foi possível garantir o acesso e a permanência do aluno, mas não a qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

LACERDA, C. B. F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte**: Examinando a construção de conhecimentos. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação. Tese de doutoramento, 1996

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? porque? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003

PAIVA, Jair. M. **Agenciamento Nômades, Pensamento, Experiência**: Fragmentos de Um Projeto de Implantação de Filosofia e Ciências Sociais em Uma Escola de Cariacica. 2009. 263f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

A INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI DA APRENDIZAGEM EM EMPRESAS DO ESTADO DO MARANHÃO

SOUZA, Najla Michelle de Vasconcelos¹
MARQUES, Agnes Riquelle Carvalho²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho propõe uma análise sobre a inserção do surdo no mercado de trabalho, no tocante à lei 10.097/2000, que versa sobre o Programa de Aprendizagem e a garantia de qualificação e inserção de jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho. No Brasil, a Aprendizagem é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, que orienta que, “os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem um número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”. Conforme o artigo 428 da CLT, O “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com diligência as tarefas necessárias a essa formação”, exceto para as pessoas com deficiência. O Programa Aprendiz legal, que em suas nuances, abrange a inclusão de pessoas com deficiência, independente de limite de idade, e garante-lhes assim como aos demais, a construção de um perfil profissional que atenda às demandas trabalhistas, bem como uma formação técnica profissional de acordo com as necessidades do mercado. Nesta pesquisa, analisou-se a oferta e o preenchimento das vagas do programa nas

¹Mestranda em Gestão de Empresas, pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB, Portugal. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: najla.michelle@gmail.com

²Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto - ESTÁCIO e Pós-Graduada em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial pela Universidade Candido Mendes. E-mail: agnescmarques@hotmail.com

empresas do comércio de uma cidade do Estado do Maranhão. Em 2019, em uma cidade do Estado do Maranhão, foram ofertadas 123 vagas no Programa Aprendiz Legal, com 52 empresas que atuam no segmento do comércio. A seleção dessas empresas é realizada pela Superintendência Regional do Trabalho, que integra o atual ministério da economia, de acordo com a análise do perfil e da quantidade de colaboradores que estas empresas possuem. **OBJETIVO:** Analisar o cenário de empregabilidade do jovem surdo, no comércio de uma cidade do Estado do Maranhão, através do Programa de Aprendizagem. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa classifica-se como básica, de objetivo descritivo e de abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos procedimentos técnicos foi utilizada a pesquisa bibliográfica, e o método dialético. A população desta pesquisa envolve gestores de empresas, e representantes da entidade formadora do Programa. A amostra foi de 52 gestores de empresas participantes do programa aprendizagem em 2019, e uma pedagoga representante da instituição qualificadora do Programa. Os dados foram coletados através de questionários on-line, e entrevistas estruturadas. Para análise dos dados quantitativos foi utilizado programa específico para tratamento de dados estatísticos. A análise dos dados qualitativos foi realizada pelos investigadores, com base no referencial teórico. É importante destacar que antes da coleta desses dados foi enviado aos participantes o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para que os dados coletados fossem transformados em dados de pesquisa científica. **RESULTADOS:** De acordo com a análise dos dados coletados, foram definidas algumas variáveis que apontam para a construção do perfil das empresas e dos gestores. Neste momento, serão apresentados apenas os resultados que vão de encontro ao objetivo desta pesquisa. Os dados coletados mostram os seguintes resultados: 100% das empresas entrevistadas participam do Programa Aprendizagem. Quanto ao número de vagas: 54,8% das empresas participantes possuem até 02 vagas, 16,1% possuem até 05 vagas, 3,3% possuem até 08 vagas, e 25,8% possuem acima de 10 vagas. Quanto à contratação do jovem com deficiência: 83,9% não possuem contratações com este perfil na empresa, e 16,1% tem jovens contratados com deficiência. Quanto ao tipo de deficiência: 100% dos jovens contratados pelas vagas do Programa Aprendizagem possuem deficiência física, e nenhum com surdez. Quando perguntados se eles contratariam um jovem aprendiz surdo: 59,4% respondeu que sim, caso ele fosse qualificado; 31,3% responderam que sim e 9,4% responderam que sim, caso houvesse a vaga. Destaco que esse último

percentual não ter se dado conta de que as vagas existem pelo Programa Aprendizagem. Os dados encontrados a partir das informações fornecidas pelos representantes das empresas, permitem apresentar o seguinte cenário: mesmo com a existência de 123 vagas no Programa, e havendo a possibilidade de contratação do jovem com surdez, as empresas não contrataram. Isto torna o cenário de empregabilidade do surdo no Programa Aprendizagem, inexistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir da análise dos dados coletados, o cenário de empregabilidade para os jovens com surdez, especificamente no Programa de Aprendizagem Profissional, identificou-se que de cinquenta e dois no total, nenhuma delas possui ou já possuiu uma contratação de surdo. Isso mostra que mesmo existindo as políticas públicas, e as leis de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, essa prática ainda não se consuma como positiva, uma vez que a contratação de surdos é praticamente inexistente. Vários fatores podem colaborar para que se tenha este cenário: preconceito, falta de informação, falta de conhecimento por parte das empresas em relação às adequações necessárias no ambiente de trabalho, para receber uma pessoa que possua qualquer tipo de deficiência, principalmente a surdez, tendo em vista que aos olhos do empregador a admissão do funcionário surdo se torna onerosa para a empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 ago. 2019

_____. **Decreto nº 5598/2005**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

_____. **Lei da Aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

A LIBRAS COMO MEIO DE INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

SILVA, Antonia Maria Cardoso e¹
SOUZA, Luana Campos Gines Lorena de²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este texto trata a Língua de Sinais como ferramenta fundamental para auxiliar o surdo a se inserir no mercado de trabalho. O tema justifica-se por ser atual e de grande relevância do ponto de vista social, e pela importância da inclusão dos surdos no mercado de trabalho como forma de igualdade e integração com a sociedade. A pesquisa permitirá reflexões para o debate sobre limites e possibilidades de caminhos mais promissores, no sentido de uma efetiva proposta de inserção do surdo no mercado de trabalho, tendo em vista a discriminação que sofrem no que diz respeito a sua capacidade de exercer e ocupar função compatível com seu perfil Fontes (2002). **OBJETIVOS:** Analisar a inserção dos surdos no mercado de trabalho; compreender a importância da inclusão do surdo na sociedade; identificar quais as principais barreiras que o surdo encontra ao ingressar no mercado de trabalho; e verificar as políticas públicas adotadas para garantir a inserção do surdo no mercado de trabalho. **METODOLOGIA:** Para a realização deste trabalho, optou-se por um estudo de Pesquisa Bibliográfica, visando buscar dados acerca da importância do tema, através da natureza qualitativa, que busca os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais Minayo (2001). Então, para o desenvolvimento desse trabalho, utilizou-se como referencial teórico Pastore (2000), Chalita (2005), Pimenta (2001), entre outros autores, além dos dispositivos legais, como a Lei 8.112/90 e a Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas), além de outros marcos legais. **RESULTADOS:** De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se a importância da Língua Brasileira de Sinais

¹Professora substituta da UFMA. Mestre em Ciência em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pela ULHT/UNIUBE. E-mail: antoniacardoso208@yahoo.com.br.

²Professora da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Ceará-Mirim/RN. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFPI. E-mail: luanagines@hotmail.com.

como meio de inclusão do surdo no mercado de trabalho Chalita (2005), não só como possibilidade de comunicação, mas também de efetiva participação na sociedade, pois, de acordo com Pimenta (2001, p. 17), a Libras é “a língua materna dos surdos brasileiros [...]”. Após a década de 1990 o Brasil, embalado pela ascensão do neoliberalismo, por meio de vários documentos e acordos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), Direitos Humanos (1948) e Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência ganha destaque no cenário nacional. Com o avanços na inserção do surdo no mercado de trabalho formal, tem-se a aprovação das Leis nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que garante o direito de pessoas com deficiência de se inscrever em concurso público, tendo o direito assegurado de 20% das vagas, “cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras” Pastore (2000, p. 47); e nº 8.213 de 24 de junho de 1991 (Lei de Cotas), que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitado, entre 2 a 5% junto às empresas privadas com mais de 100 funcionários. Contudo, a contratação de surdos e pessoas com deficiência ainda é tímida, devido ao preconceito e à falta de conhecimento das empresas em relação às adequações a serem feitas para o recebimento destes funcionários Oliveira (2007), também por alegarem que a maioria possui baixa escolaridade, falta de capacitação profissional e dificuldade de comunicação com ouvintes Pimenta (2001). Desse modo, entende-se a grande barreira que o sujeito surdo encontra ao tentar entrar no mercado de trabalho é a da comunicação, devido à dificuldade do aprendizado da Língua Portuguesa, na sua modalidade oral ou escrita, e do desconhecimento da Libras pelos ouvintes Pimenta (2001). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se a importância da Língua Brasileira de Sinais como meio de inclusão do surdo no mercado de trabalho. A partir da legislação que ampara a inserção do surdo no mercado de trabalho, são ofertadas vagas que na maioria das vezes não são preenchidas, pois são poucas as pessoas preparadas. As empresas, além de respeitar as diferenças, têm como responsabilidade social não somente a contratação dessas pessoas, mas também a promoção de capacitação profissional, bem como dar uma estrutura apropriada para os surdos, onde eles possam desenvolver seu potencial produtivo e permanecer na empresa. No entanto, ainda há muito o que fazer para inserir os surdos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 05 out. 2019

_____. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 14 out. 2019

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia do amor**: a contribuição das histórias universais para a formação de valores das novas gerações. 9 ed. São Paulo: Gente, 2005

FONTES, Rosana. **Sua empresa contratando pessoas portadoras de deficiência**: aperfeiçoando sua imagem interna e externa com responsabilidade social. São Paulo: Núcleo de Desenvolvimento Profissional, Câmara Brasil Alemanha, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

OLIVEIRA, T.F. **Inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho**. 2002. Disponível em:
 <<https://www.webartigos.com/articles/1126/1/inclusão-de-pessoas-comnecessidades-especiais-no-mercado-de-trabalho/pagina1.html>>. Acesso em: 11 out. 2019

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)**. Disponível em:
http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf. Acesso em: 02 out. 2019

_____. **Declaração De Salamanca (1994)**. Disponível em:
 <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 12 out. 2019

PASTORE, Jose. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: Editora LTr, 2000

PIMENTA, Neuza. Oficina-palestra de culta e diversidade. **Anais do Seminário do INES**, 19 a 21 de setembro de 2001

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E O DESENHO UNIVERSAL DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: ALTERANDO A FORMA DE FALAR PARA A ADAPTAÇÃO DE QUEM IRÁ OUVIR DURANTE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

OLIVEIRA, Lenilson Sousa¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Surge entre uma aula e outra a dúvida de como se trabalhar com uma pessoa com DI, TDH, TEA, Imperatividade, Altas Habilidades / Superdotação e demais deficiências. Desta forma, nos vem a problemática de ter que elaborar recursos com desenho universal, que ao mesmo tempo que inclui / ensina o aluno deficiente e demais alunos sem deficiência. Muitas das vezes, as pessoas com deficiência se encontram em meio ao dilema de precisar ter mais autonomia ou independência. Contudo, para que isso seja alcançada, o processo de inclusão dado a elas por pessoas sem deficiência tem que se mostrar eficaz através dos produtos e serviços prestados pela própria escola. Nesta perspectiva, devemos tomar em consideração a tecnologia assistiva e seu sistema alfabetizador de intervenção na criança com deficiência, que muitas das vezes se vê perdida nas atividades da sala, comum por conta da pouca acessibilidade comunicacional dada a elas, e as atividades diferenciadas que nem alfabetizam e nem incluem; por conta da carência de um desenho universal. Sendo assim, é importante deixar claro que a intencionalidade da acessibilidade comunicacional e do desenho universal é para uma maior independência, e uma autonomia, pois *independência* e *autonomia* são dois campos bem distintos. **OBJETIVO:** O objetivo é, antes de tudo, aplicar as novas tecnologias assistivas com o intuito de melhorar a acessibilidade comunicacional entre professor/aluno, fazendo uso do desenho universal, que pode ser inserida tanto na sala de recurso, quanto na sala comum. **METODOLOGIA:** Para alcançar os objetivos

¹Graduado em História Licenciatura na UEMA/CESC (Universidade Estadual do Maranhão-Centro de Estudo Superior de Caxias 2011 a 2016), escritor da obra ENTRE OLHARES: Perspectivas de Gênero, ISBN: 978-85-509-0161-9 (30/08/17), Esteve como estagiário da ACL (Academia Caxiense de Letras - 2012 a 2013) e é pós graduado em AEE (Atendimento Educacional Especializado) pelo Instituto ATHENA. E-Mail: lenilsonsonbra@hotmail.com

deste projeto educacional, fora realizada pesquisa do tipo exploratória, que em relação à natureza das fontes será bibliográfica, com predominância de fontes secundárias. Como instrumento de coleta de dados será feita coleta documental (dados secundários via pesquisa bibliográfica). Quanto aos critérios para análise de dados a pesquisa será qualitativa. Quanto à ciência da pesquisa, será predominante doutrinária (dogmática), visto que o tema objetiva demonstrar como fazer uso do desenho universal de recursos para atuar de forma direta no âmbito da comunicação do professor com o aluno, e quais os tipos de comportamentos errôneos que podem gerar uma desconforto no aluno deficiente. Certo que, o método de abordagem será o método dialético, pois aqui vale à máxima deste método a “abordagem do problema somada a solução”, ou seja, não será tomada também como verdadeiro ou falso nenhuma das correntes que tratam deste tema de pesquisa, apenas será feito um estudo basilar, sendo a ciência do estudo e as proposições dogmáticas neste tema de pesquisa, serão analisadas como fenômenos em constante mudança. Lembrando que, o método não é de educação, que visa o estímulo, podendo ser encontrados também em livros de conteúdo científico, ou em trabalhos sobre ensino aprendizado. Fora feitas buscas em bases de dados científica SciELO e PUBMED: Intervenções precoces e acessibilidade da criança deficiência a escola em todos os seus conceitos. Desta forma, também foram utilizados artigos de leis com invólucros de abordagens sobre a sala de atendimento e a garantia dos direitos para pessoas com deficiência, como por exemplo a lei 9394/96 a lei 6.571/08. Serão trabalhados, Bossaert, G., Colpin, H., Pijl, S. J., & Petry, K. (2013) que falam sobre o processo lento e ainda modificável que é a inclusão. França, Hohfeldt, Martino, (2001). Que retrata sobre a importância da acessibilidade comunicacional, e como o ato de se comunicar impera em nossa vida e cotidiano. Desta maneira, fora feito o uso dos mesmos recursos para esses alunos, entre os tais, a roleta de Glenn Doman, a lata com alfabeto maiúsculo e minúsculos, os flex card em pranchas de papelão para a montagem dos nomes das figuras, o Astolfo (boneco com sílabas em papelão); além de outros recursos, como: “a lâmpada do Aladim”, a caixa de figuras geométricas. Fora, e as inúmeras leituras deleites de livros infantis da sala de recurso e as formas de se trabalhar com textos dissertativos, narrativos e explicativos. **CONCLUSÃO:** Muitas vezes, se pensar em vários recursos para os muitos CID’s, dados aos alunos das escolas, nem sempre será a forma mais eficaz de se trabalhar com eles, lembrando que o aluno é uma esponja que absorve informações precisas passadas pelo professor, mesmo ele tendo

uma deficiência. Frequentemente, a forma de aprendizado é a mesma, apesar de a deficiência ser diferenciada; contudo, é bom manter a ótica de que muitos alunos sem deficiência se adaptam aos mesmos métodos e recursos feitos a deficientes, assim, fica mais fácil incluir, pois, generaliza-se a forma de aprender e o educando só ganha com isso.

REFERÊNCIAS

BOSSAERT, G., Colpin, H., Pijl, S. J., & Petry, K. (2013). **Truly included?** A literature study focusing on the social dimension of inclusion in education. *International Journal of Inclusive Education*, 17(1),60-79

FRANÇA, Vera Veiga; HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; (org). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS EM UMA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ

SANTOS, Suelen da Silva¹
OLIVEIRA, Karlla Fabianne Soares²

RESUMO

INTRODUÇÃO: As modificações na atualidade vêm obrigando o homem a acompanhar essas mudanças, como forma de se desenvolver melhor e dar continuidade ao seu progresso. Sobretudo, aqui destacamos a importância das ampliações que envolvem a Educação, em particular, a Educação Especial que hoje se constitui de modo a incluir todos os alunos, buscando seu espaço e a aquisição efetiva dos direitos que lhes competem. Considera-se que não é suficiente que existam essas políticas, pois apenas garantem a condição para beneficiar aqueles que delas necessitam. Observa-se que alguns eixos possuem falhas que devem ser aprimoradas, como a melhoria da formação dos professores, que é fundamental para o sucesso desse processo; a incrementação de recursos próprios que dinamize a implantação de atividades e o entendimento de toda a sociedade quanto à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, as leis existem, mas devem ser postas em prática e respeitadas, assim como estão escritas, bem como se acredita que o esclarecimento sobre sua existência e contribuição para a população também deve ser algo acessível, pois muitos não sabem que podem ter acesso e participação em todas as ações comuns de uma sociedade. Em razão disso, há uma preocupação e recente desenvolvimento de políticas públicas para que a educação especial seja inserida no atual quadro das reformas da educação básica. Por isso, é preciso entender o que significam as Políticas Públicas, pois estas são

¹Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Federal do Piauí. Especialista em psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar. Especialista em atendimento educacional especializado. E-mail: suelensantos25@hotmail.com.br.

²Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Estadual do Piauí. Especialista em psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar. Especialista em atendimento educacional especializado. E-mail: karllafaby@hotmail.com.

responsáveis e fundamentais para o suporte das pessoas que necessitam de um atendimento especializado e que tem o direito de recebê-lo. O interesse por essa temática foi despertado ao perceber que existe um progresso parcial das políticas que dinamizam e efetivam a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que a cidade de uma cidade do Estado do Piauí possui um número significativo de pessoas que apresentam alguma dessas necessidades, porém, que ainda encontram obstáculos que limitam e intimidam seu desenvolvimento satisfatório nas mais variadas atividades do cotidiano, principalmente o acesso ao espaço escolar. Perante do exposto, se configura como problema de pesquisa: *quais as políticas públicas efetivamente implementadas em sala de recursos multifuncionais de uma escola pública municipal?* **OBJETIVO:** Investigar as políticas públicas educacionais, efetivadas nas salas de recursos multifuncionais na cidade de uma cidade do Estado do Piauí, bem como conhecer as principais dificuldades na implementação das Políticas Públicas de inclusão em uma cidade do Estado do Piauí; identificando os progressos e desafios na implantação do Atendimento Educacional Especializado. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa configurar-se-á através de um procedimento metodológico, denominado qualitativo do tipo descritiva desenvolvido em um Centro municipal do Estado do Piauí. Atende a clientela da Educação Infantil, do maternal ao segundo período, no total de 165 crianças. No turno da manhã funciona 1 turma de maternal II crianças de 3 anos de idade, e 2 turmas de 1º período e 2 turmas de 2º período. À tarde funcionam 2 turmas de maternal, 1 turma de 1º período e 1 turma de 2º período. Além de uma turma de acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado - AEE, que atende 10 crianças no contra turno, com dificuldade de aprendizagem, necessidade de atenção especial e transtorno de desenvolvimento global, além de desenvolverem práticas pedagógicas que atendam às especificações de cada aluno. A pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico com mais detalhe. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. Sendo assim, é uma pesquisa que irá descobrir a melhor forma que contemple todos os aspectos que envolve o tema. É uma pesquisa que proporciona ao pesquisador desenvolver conceitos, ideias e entendimentos a partir dos dados coletados. Na pesquisa qualitativa, o primeiro passo é realizar a coleta de dados, para posteriormente formar conceitos, tendo por base uma teoria. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador tem contato direto com o investigado, o que favorece o entendimento

mais claro sobre o estudo proposto. O objetivo principal do pesquisador é “descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno” Sampieri; Collado; Lucio, (2006, p. 100). **RESULTADOS:** No decorrer da pesquisa ficou clara a necessidade de um acompanhamento sistemático que contribua no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, observamos carência pedagógica por parte dos gestores municipais, motivação e adequação de outros recursos tecnológicos que contribuam no processo educacional dessas crianças, que necessitam de um acompanhamento mais específico. Ficou claro então, que muitas das políticas públicas elaboradas para contribuir ao acesso à educação dessas crianças que apresentam limitações para aprender de forma regular, não são efetivadas. Muito precisa ser de fato implementado, sair do papel e viver a prática, só assim veremos as modificações estruturais e pedagógicas atingirem de forma construtiva esses alunos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A atuação do professor no atendimento educacional especializado, sem dúvida, é importante e vem se expandindo com a formação continuada de alguns profissionais. Com o objetivo de adquirir novos conhecimentos, para inserir-se nos ambientes mais diversos, objetivando mostrar que são fundamentais e capazes de produzir novas situações para todo e qualquer espaço de aprendizagem. A realidade social dos alunos não contribui, algo que foi visível quando seus familiares não compareceram ao chamado para orientação das atividades que devem ser realizadas no espaço familiar. Apesar desses fatores, na continuação da pesquisa, procurou-se incentivar e mostrar que apesar de todas as limitações é possível ter sucesso nas atividades escolares.

REFERÊNCIA

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlo Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006

EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCANDO, BRINCANDO E INCLUINDO

SOUSA, Emmanuele Maria Brito de¹
LIMA, Márcia Raika e Silva²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Entendemos que o brincar é a atividade guia do ser humano na Educação Infantil (pré-escola), sendo fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo, ou seja, para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, afetivo e cultural. Sabemos que é na, e pela atividade do brincar que o psiquismo se desenvolve. Ao fazer as observações dos projetos e do estágio supervisionado em Educação Infantil, notei que pelo fato de não haver brincadeiras inclusivas nos Centros de Educação Infantil, isso tem implicado no desenvolvimento das crianças, trazendo grandes consequências para os futuros adultos. Temos como problemática desse estudo: “Como o brincar e as brincadeiras estão sendo vivenciadas, como proposta educacional inclusiva nos centros de Educação Infantil?”. **OBJETIVO:** Analisar o brincar como atividade essencial para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno e como proposta educacional inclusiva na Educação Infantil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, artigo 29), a Educação Infantil tem como finalidade: “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Com isso, resgatamos a importância da escola, como instituição responsável por promover e estimular o desenvolvimento integral e a aprendizagem da criança. Entendemos que inclusão escolar conforme Certeza (2010, p. 4) é “[...] o processo de adequação das escolas para que todos os alunos possam receber educação de qualidade independente de etnia, gênero, situação socioeconômica ou deficiências”. Nos centros de educação infantil, foco deste estudo, ainda há muito exclusão; aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais-

¹Acadêmica do 7º período de Pedagogia do CESC-UEMA, bolsista PIBIC-FAPEMA, E-mail: emmanuelebrito@hotmail.com.

²Doutora em Educação, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão, E-mail: marciaraika@hotmail.com

NEE's, isto é, aqueles com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008) é negado o direito de brincar, principalmente, aqueles com deficiências e os autistas, de participarem das brincadeiras coletivas. Analisamos que isto ocorre devido à falta de compreensão dos responsáveis pelo processo de escolarização em relação a atividade brincar; na maioria das escolas se tem como verdade que o aluno com NEE's não consegue brincar, que não é capaz de brincar, ou que os excluem das brincadeiras por medo deles se machucarem. Entendemos que o aluno da educação especial incluído na escola regular, é tão capaz quanto qualquer outra criança de adquirir habilidades para o brincar, se as condições lhes forem dadas. Percebemos que o que tem faltado em nossas escolas, é que os profissionais da educação conheçam quem é esse aluno, quais adaptações são necessárias para esse aluno. Assim, para que de fato haja inclusão dentro dos centros de educação infantil, se faz necessário que as aulas, os recursos, o currículo e até mesmo as brincadeiras, sejam adaptadas, garantindo a inclusão dos alunos com NEE's. **METODOLOGIA:** Entendemos que a pesquisa descritiva, tem como objetivo descrever as características de um fenômeno. Assim, essa pesquisa descreve as características do brincar, bem como suas contribuições para o processo de inclusão escolar de alunos com NEEs. Optamos pela pesquisa qualitativa pois busca a atribuição de significados, o aprofundamento, interpretação e compreensão do brincar como proposta educacional inclusiva. **RESULTADOS:** Com o que foi exposto sobre o brincar, mediando o processo de inclusão de alunos com NEEs, analisamos que os professores dos Centros de Educação Infantil devem ser melhor assistidos em relação ao brincar. Nos propomos nesse estudo apresentar exemplos de brincadeiras adaptadas com o intuito de auxiliar os professores na realização das atividades, tornando assim, os Centros de Educação Infantil mais inclusivos e despertando nas crianças o sentimento de serem incluídos e de respeito ao próximo. Destacamos brincadeiras que consideramos pertinentes para serem desenvolvidas diante do processo de escolarização de alunos com NEEs na escola regular: vôlei sentado, para alunos com deficiência física; escravos de Jó para alunos com deficiência visual e intelectual; boliche com guizo para alunos com deficiência visual; futebol em dupla para alunos autistas; dança das cadeiras para alunos com deficiência auditiva; amarelinha em libras para alunos com deficiência auditiva; jogo da memória dos cheiros para alunos com deficiência visual e a barata diz que tem para alunos autistas. Podemos afirmar que o brincar adaptado trará para a criança

com NEE's a socialização com os demais alunos, permitindo que ela se insira nele e se sinta pertencente ao mesmo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Consideramos que a inclusão não é algo utópico, mas, algo possível de acontecer, sobretudo quando prioriza por eliminar as barreiras enraizadas em nossa sociedade, de exclusão, preconceitos e discriminação contra as pessoas. Nessa perspectiva, o brincar é um dos facilitadores no processo de inclusão escolar, garantindo a criança o seu desenvolvimento integral, sua aprendizagem, prazer, divertimento, socialização e interação com o grupo, contribuindo de fato para a inclusão no seio educacional. Com isso, os Centros de Educação Infantil devem trilhar para uma nova história, sem o reflexo do contexto preconceituoso e da cultura da discriminação, tendo como diretriz o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara, 2016

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília/DF: 2008

CERTEZA, Leandra Migotto. Educação Inclusiva: processo em construção. **Revista Ciranda da Inclusão**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 4-7, 2010

GESTÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE): RELATO DE UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

ALMEIDA, Vanessa Oliveira¹
COSTA, Zenilde Rodrigues²
LIMA, Mary Gracy e Silva (Orientadora)³

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho de Pesquisa apresenta um recorte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), de Licenciatura em Pedagogia. Abordaremos alguns conceitos históricos e legais, trazendo todo o caminho percorrido da pesquisa metodológica desde a coleta de dados, participantes da pesquisa, instrumentos que utilizamos para a coleta de dados e resultado obtidos, e encaminhamentos para uma proposta metodológica, visando dar um feedback à equipe gestora acerca da pesquisa realizada. O problema apresentado para a pesquisa foi: “Como a equipe gestora atua diante da inclusão de alunos com NEE nesta realidade escolar?”. **OBJETIVO:** Compreender a atuação do gestor escolar diante da inclusão de alunos com NEE em escola pública. **METODOLOGIA:** Para destacarmos melhor essas informações, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e foram destacadas ao longo do texto as principais contribuições dos teóricos no processo da gestão escolar. Também foi realizada uma pesquisa de campo usando como instrumento de análise a entrevista, em que os participantes foram: a equipe gestora de uma escola pública de uma cidade do Estado do Maranhão. Desde o período medieval, as pessoas com NEE eram mal vistas pela sociedade e principalmente pelos seus próprios parentes, que na maioria das vezes maltratavam, torturavam e matavam, pois, a sociedade os tinha como

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pós-graduanda do curso de especialização em Libras pela faculdade FAESPI. E-mail: vanny123olly@gmail.com

²Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pós-graduanda do curso de especialização em Libras pela faculdade FAESPI. E-mail: nahilde.amomissoes@gmail.com

³Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2014. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2009. Graduada em Pedagogia pela UFPI (1992). Professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão (CESTI- UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (CCM- UESPI). E-mail: mgracysl@hotmail.com

instrumento do mal. Sobre esse contexto, Holanda (2009) afirma que os portadores de deficiência representavam ameaças, uma vez que eram tratados como se fosse a própria materialização do mal. Para combatê-los, era necessário castigá-los, torturá-los e, sobretudo, mata-los. Na época, os “doentes” não podiam receber tratamentos biológicos. Os considerados mais agressivos eram amarrados em camisas de força e trancados em quartos Mazzotta, (2005). Somente por volta da década de 1970 foi que começou a surgir alguns movimentos contra essas práticas e debates sobre a inclusão e a integração dessas pessoas na sociedade. De acordo com Campos e Martins (2008), no início da segunda metade do século XX, os pais dos deficientes (organizados em grandes associações) colaboraram para o surgimento de significativas modificações na área da Educação Especial. No Brasil, as discussões sobre a educação inclusiva ocorreram somente entre 1800 e 1950, ainda de forma muito isolada, pois o preconceito ainda predominava de maneira muito forte. Somente no século XX é que podemos dizer que a educação inclusiva teve início de forma definitiva no Brasil. Começou então, a surgirem várias campanhas e palestras, que tinham como finalidade a conscientização da população brasileira sobre a educação inclusiva e sua importância. Para melhor entender a importância de se investir em uma formação continuada e necessária para atender alunos com NEE, Mantoan (2003, p. 43) afirma que: “Em caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos”. A comunidade escolar precisa entender que a escola é o lugar certo para se trabalhar a inclusão, pois é nesse espaço que se encontram a diversidade individual, cultural e educacional. **RESULTADOS:** Os dados obtidos nesta pesquisa ressaltam que a gestão da escola pesquisada vem desenvolvendo ações ainda incipientes e que ainda requer avançar na perspectiva de inclusão escolar. Com base nos dados coletados e analisados na pesquisa, propomos possíveis e viáveis ações pedagógicas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Proposta metodológica

Ações	Indicadores	Objetivos	Como executar
Criação de grupos de estudos das NEEs e sobre práticas de inclusão escolar.	Ausência de formação continuada para atendimento ao aluno com NEE para a comunidade escolar.	Conhecer e caracterizar os diversos tipos de NEEs.	Palestras, estudos temáticos e oficinas com especialistas nas áreas bimestralmente.
Efetivação de momentos de	Incompreensão dos pais acerca de como	Compreender processos de atendimento	Mensalmente atender os pais para comunicar o

atendimento e orientação frequentes aos pais sobre acompanhamento dos filhos pela gestão.	a escola atende seus filhos com NEE.	pedagógicos de alunos com NEEs em sala de aula.	desempenho dos alunos com NEEs nas atividades de sala de aula.
Realização de uma roda de conversa com a equipe gestora sobre a importância da utilização de recursos didáticos para o desenvolvimento dos alunos com NEE, e de uma oficina de recursos didáticos.	Falta de conhecimento por parte da equipe gestora sobre a importância dos recursos didáticos para o desenvolvimento dos alunos com NEE.	Incentivar a fabricação dos próprios recursos pedagógicos com materiais recicláveis. Estimular a participação da equipe gestora no desenvolvimento dos recursos didáticos.	Com data acordada com a gestão será realizada uma roda de conversa e uma oficina de confecção de recursos didáticos para atendimento pedagógico aos alunos com NEE.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

Para viabilizar a efetivação da referida proposta, foi realizada nesta escola, apenas uma das ações apresentadas. Com a participação da equipe gestora, houve a realização de uma roda de conversa sobre a importância dos recursos didáticos para trabalhar com os alunos com NEE. Em seguida, realizou-se uma oficina de recursos didáticos com materiais recicláveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A realização desta pesquisa oportunizou a discussão acerca da gestão participativa e inclusiva, destacando a sua importância e necessidade no atendimento de alunos com NEE, para sua permanência e aprendizagem na escola pública, bem como contribuiu para repensar e desenvolver ações interventivas por parte da gestão escolar que possibilitem a sua implementação.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Sofia Margarida Guedes de; MARTINS, Rosa Maria Lopes. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. **Revista do ISPV**, Viseu, sem, n. 34, p. 223-331, abr, 2008. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8369>>. Acesso em: 20 nov. de 2018

HOLANDA, T. **Uma questão de inclusão:** diálogos sobre educação inclusiva travados no seio espaço escolar. Monografia (trabalho de conclusão de curso). Guarabira/PB: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005

O ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO: A LIBRAS COMO MEDIADORA DA INCLUSÃO

MAGALHÃES, Brigida Lima¹
COSTA, Cleomara Martins dos Santos²
OLIVEIRA, Leyde Dayanna Alves da Silva³

RESUMO

INTRODUÇÃO: Atualmente a educação de surdos ainda provoca várias discussões e questionamentos, tanto por educadores estudiosos da área, como na sociedade em geral, considerando que, a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar passa necessariamente por adaptações. Além disso, é preciso contar com a presença de profissionais capacitados. Porém, pela carência estrutural, o processo de inclusão, especialmente para esse público, torna-se quase sempre frustrante. Diante dessa realidade, conhecer e dominar a LIBRAS é um fator imprescindível para que haja a comunicação entre as pessoas surdas entre si e demais pessoas de sua convivência, tornando a base facilitadora para a inclusão. Tendo conhecimento da dificuldade de alunos surdos em uma escola pública regular, junto com outros alunos ouvintes, obtivemos como problema: Como a Língua Brasileira de Sinais favorece a inclusão do aluno Surdo no processo de aprendizagem? A Justificativa está baseada no fato da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, ser um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e perceber que nas escolas públicas regulares existem poucos profissionais capacitados para trabalhar com alunos surdos. **OBJETIVO:** Analisar o processo de inclusão do aluno Surdo no contexto do ensino fundamental da escola pública, e objetivos específicos: verificar qual o papel que a escola desenvolve para que ocorra a inclusão dos alunos surdos no processo de aprendizagem; identificar a importância que os professores dão a Língua Brasileira de Sinais ao processo de inclusão do aluno surdo.

¹Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA; E-mail: brigidaeolga@gmail.com

²Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e Especialista em Educação Especial, Inclusão e LIBRAS – Instituto Athena; Graduação em Pedagogia – UEMA; E-mail cleo0045@gmail.com

³Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão; E-mail: leyde_day82@hotmail.com

METODOLOGIA: É uma pesquisa qualitativa e teve como instrumentos de coleta de dados o questionário semiestruturado. A investigação foi em uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino da cidade de uma cidade do Estado do Maranhão. Tendo como sujeitos, 03 professores, das disciplinas História, Sociologia, Física. Entendemos que esta pesquisa é de grande relevância social, educacional e pessoal, pois pode servir de apoio para profissionais que já atuam na área de educação ou a aqueles que têm interesse em atuar. A realização dessa investigação mostrou que a escola está em processo de adaptação para oferecer melhorias aos alunos surdos. Em 1994, houve a Conferência Mundial de Educação Especial, onde vários países, juntamente com organizações internacionais, reunidos em assembleia na cidade de Salamanca – Espanha, com a finalidade de reafirmar o compromisso com o Projeto Educação para Todos, e garantir oportunidades para que crianças e jovens com deficiências se tornem parte integrante do sistema educacional regular, elaboram a Declaração de Salamanca, um documento muito importante, que em seu artigo 2º, reconhece a língua de sinais como meio de comunicação dos surdos. Destaca-se que um dos papéis fundamentais das políticas públicas, é igualar as condições sociais de comunicação entre surdos e ouvintes por meio da sua língua natural. No ano de 2005, o Decreto nº 5. 626/05 que regulamenta a lei 10.436/02 e a lei 10.098/00, em seu artigo 3º, institui que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS deve ser inserida na grade curricular como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores-magistério e nos cursos de Fonoaudiologia, nas instituições públicas e privadas de ensino nas esferas federais, estaduais e municipais. O procedimento de análise e interpretação dos dados visa confrontar, comparar ou reafirmar as respostas obtidas no decorrer da pesquisa, tendo como base de análise o campo empírico e o referencial teórico para responder a problemática do estudo. Os docentes possuem formação diversificada, com habilitação em diferentes áreas da educação. O período que exercem a função se estende entre os 05 anos 20 anos, onde podemos observar que todos já possuem uma vasta experiência na área. Procuramos investigar o pensamento acerca da inclusão, o sentimento de ministrar aula ao aluno surdo, e nisto refletimos que a inclusão da pessoa surda, na escola regular, requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem, tanto na sala de aula como no atendimento educacional especializado.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, conclui-se que a educação inclusiva precisa de mais apoio, não apenas sancionar leis, é necessária a concretização dos textos

institucionais que defendem uma inclusão efetiva e democrática, oferecendo uma educação de qualidade para os Surdos, com um currículo para educação bilíngue, metodologias e práticas educativas direcionadas, com adequação do espaço escolar, a formação adequada do docente, o ensino e a disseminação da Libras como língua materna do surdo, e sobretudo, o papel do intérprete como mediador de conhecimentos, ocasionando uma garantia de igualdade a todos. Portanto, para que o aluno surdo tenha o seu lugar dentro da sociedade, é necessário que seus direitos estejam garantidos de forma institucional e curricular.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº9394**. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília: 1996.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 05 de Outubro de 1988. Brasília, 2004
- _____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: corde, 1994 > disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 22/09/2017
- _____. **Lei nº. 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília 2002 (2005)
- _____. **Decreto nº. 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005
- _____. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília, lei nº 12.319 de 01/09/2010.

O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

COSTA, Zenilde Rodrigues Costa¹
ALMEIDA, Vanessa Oliveira Almeida²

RESUMO

INTRODUÇÃO: A busca de uma educação voltada para o ensino do aluno surdo vem ganhando maior visibilidade atualmente, e através da sua língua, a LIBRAS, este ensino se torna mais efetivo, fazendo com que a cidadania seja desenvolvida, garantindo assim, a promoção da inclusão de fato e de direito. O fato também de poder partilhar sua forma de comunicação com aqueles que estão em convívio no ambiente escolar também é fundamental. A cerca disso, Botelho (2007, p.16) diz que “a língua compartilhada, e circulando no cenário educacional, favorece os alunos surdos, tornando-os letrados. Isso o capacita para atuar e desenvolver-se dentro e fora da escola”. Ou seja, ao compartilhar de sua Língua, o aluno surdo se sente inserido no ambiente escolar, mediando cultura surda e ouvinte, e consegue letrado por saber fazer o uso social das palavras através de sua visão de mundo visual/gestual. É de suma importância identificar o papel da escola para inclusão do aluno surdo nas instituições de ensino públicas ou privadas. **OBJETIVO:** Analisar a importância da inserção e o uso da Língua Brasileira de Sinais para o desenvolvimento e a aprendizagem escolar dos alunos surdos. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada no estudo foi de cunho bibliográfico e qualitativo com a utilização dos seguintes autores para fundamentar o tema estudado, a exemplo de Botelho (2007), Dorziat (2004), Sacks (1998), entre outros. **RESULTADOS:** O início do século XXI é o marco da construção de uma sociedade democrática, baseada na igualdade e na liberdade, priorizando os direitos humanos e acabando com as desigualdades sociais e toda forma de exclusão a qualquer indivíduo que seja. Dorziat (2004) acredita que não

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pós-graduanda do curso de especialização em Libras pela faculdade FAESPI. E-mail: nahilde.amomissoes@gmail.com

²Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pós-graduanda do curso de especialização em Libras pela faculdade FAESPI. E-mail:vanny123olly@gmail.com

basta apenas que as pessoas surdas sejam incluídas, com o objetivo de uma participação social efetiva. Segundo o Conselho Nacional de Educação:

A aprendizagem da língua portuguesa torna-se importante por ser uma questão escolar e difícil de ser assimilada pelo aluno com surdez, no entanto, as ações educacionais devem favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem escolar sendo, certamente, a Língua de Sinais o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez (BRASIL, 2007, p.21).

As pessoas que ouvem, encontram na oralidade um valor inestimável, fazem uso da escrita com naturalidade, já no meio das pessoas surdas, acontece totalmente o contrário, nem sempre são observadas quando se expressam com a mesma importância dos ouvintes, muitas até são ignoradas, seja por falta de conhecimento da língua de sinais pelo receptor, ou mesmo por falta de reconhecimento do mesmo. A LIBRAS é sim uma possibilidade de dar ao aluno surdo a motivação que é preciso para que ele aprenda. Isso faz com que ele conheça os sinais de sua língua para que possa compreender o mundo que o cerca de novas experiências. O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, por isso, não basta somente a escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados, para favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno. Sobre isso Skliar (2005, p. 27) menciona que: “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”. A escola deve apresentar alternativas voltadas às necessidades linguísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a incursão e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua. Diante dessa afirmativa, Sacks (1998, p.22 *apud* SILVA et al., 2011, p. 38) discute o papel fundamental da linguagem no desenvolvimento humano, bem como os riscos advindos da privação dessa ferramenta psicológica. Assim, ao nascer, nos primeiros meses de vida, a pessoa ouvinte, por meio das suas relações sociais mediadas pela linguagem, entra espontaneamente no mundo do conhecimento. Já a pessoa surda, em face da privação do sentido da audição, não tem acesso às informações sonoras disponíveis no meio social. Contudo, ainda existem muitas barreiras a serem ultrapassadas por esses alunos surdos, como por exemplo, o preconceito existente no ambiente escolar, e até mesmo a falta de preparo de certos educadores na maneira de lidar com sua carência na forma de aprendizagem desses alunos. Isso acaba por tornarem obstáculos mais difíceis de serem rompidos, do que se adaptar ao ambiente e suas condições estruturais e

físicas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação fundamental em especial terá para o aluno surdo, caráter de ensino e modelo de interação, por isso a língua de sinais é importante no decorrer desse processo, será ela a facilitadora do método de ensino do docente. Assim, o educador deve se aperfeiçoar no processo de construção da linguagem, o aprendizado da pessoa surda desenvolvendo as habilidades linguísticas (falar, escutar, ler e escrever), e aprimorando a língua de sinais na apropriação da linguagem escrita. Por isso, a necessidade de a pessoa surda vivenciar desde cedo a Língua de Sinais, como língua materna dos surdos, permitindo contribuir para o seu desenvolvimento intelectual e social.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 03 Mar. 2019

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do Centro de Educação, v.24, p.1-7, 2004

DORZIAT, Ana. Inclusão escolar: para além do discurso oficial. In: ____ (org.). **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão.** Petrópolis: Vozes, 2004, p. 61-82

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: ____ (org) **Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1997

PERSPECTIVA INCLUSIVA NO ESPAÇO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS AOS EDUCADORES

FERREIRA, Janaína¹
SOUSA, Maria Goreti da Silva²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Tendo em vista que o tema Educação Inclusiva vem se tornando cada vez mais importante, discutido no cenário social e nas pesquisas em educação, dado o processo de construção e busca de efetivação da democracia no Brasil, é muito importante, tanto para nós, que seremos pedagoga, quanto para os demais interessados no assunto, saberem o que vem a ser a inclusão, como ela se efetiva no espaço escolar, na prática escolar de cada educador; entendendo como o educando, considerado “atípico” vai reagir a esta educação. O presente estudo busca verificar quais são as metodologias e mecanismos de ensino dirigidos aos educandos com necessidades educacionais especiais, porquanto, o interesse pelo tema surgiu devido às crescentes questões no que se referem às dificuldades e limitações enfrentadas pelo aluno com algum tipo de deficiência educacional, vivenciada no cotidiano do espaço escolar, em sociedade e na família. Como justificativa, procuramos responder com esta pesquisa: Como ofertar às crianças um ensino de qualidade, que leve em conta o modo particular que cada uma tem para aprender? Quais as condições reais de trabalho dos professores para a implantação de um projeto político pedagógico inclusivo, para sanar as dificuldades de aprendizagem? Dentre as leituras realizadas, destaca-se as seguintes: Brasil (1996, 1998, 2008), Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (1994), Giroto (2012), Mantoan (2003), Mittler (2000), dentre outras. Observamos que nas autorias de todos eles há uma necessidade de se buscar uma aproximação com a temática aqui abordada, sobretudo, por parte de professores comprometidos e empenhados para ajudarem os seus alunos na vida escolar.

¹Acadêmica de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, campus Timon. E-mail: janapersile@outlok.com.

²Doutora em Educação - UFPI; atuou como professora do quadro provisório da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. E-mail: mgsmoises@hotmail.com.

OBJETIVO: Verificar quais estão sendo as metodologias e mecanismos de ensino dirigidos aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE's.

METODOLOGIA: Realizou-se a pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica, de caráter exploratório, sendo que a coleta de dados foi realizada por meio de consultas a livros, artigos de internet, de revistas especializadas, sendo fontes credenciadas, organizada de modo a complementar o conhecimento que já existia na temática, apresentando definições e conceitos presentes na prática docente; no que tange aos procedimentos, a pesquisa é exploratória e bibliográfica.

RESULTADOS: Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, destaca-se a contextualização da Educação Especial, dando ênfase nos aspectos legais e conceituais da temática aqui estudada. Assim sendo, de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº9.394/96, em seu Art.29, seção II, a Educação Especial é uma modalidade de ensino voltada para englobar no processo de ensino – aprendizagem os alunos que possuem algum tipo de deficiência, seja ela, física, auditiva, sensorial; Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD; e altas habilidade/superdotação. Além disto, tem a obrigatoriedade de abranger e se fazer presente em todas as etapas da Educação, desde o Ensino Básico até o Ensino Superior, partindo para outra acepção bem dissipada desde o ano de 2008 até o momento, a Educação Especial com a perspectiva de se tornar uma Educação Inclusiva, ocorre quando as Instituições de Ensino, bem como professores, incluem no processo de ensino-aprendizagem as múltiplas peculiaridades de alunos que, por diversas razões culturais e sociais, não eram inseridos na escola comum, tendo o seu percurso de ensino limitado em instituições especializadas responsáveis por uma parcela de alunos rotulados de especiais. Em consonância, no ano de 2008, regulamentou-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que tem o objetivo de assegurar a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE's, como também garantir o acesso e permanência deste público-alvo na sala de aula regular de ensino, com o viés de fortalecer ainda mais o Atendimento Educacional Especializado – AEE (complemento por parte do professor especializado na dificuldade do aluno; capaz de identificar, produzir recursos, apoios necessários à participação de alunos no seio das barreiras da sala de aula regular e no meio social), formando professores para trabalhar nas Salas de Recurso Multifuncionais – SRM's, é válido mencionar que tal Política Pública também tem o intuito de estimular a participação tanto da família como também da comunidade como um todo (BRASIL,

2008). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Educação Especial na perspectiva de incluir, deu um grande salto em todo o contexto histórico da educação brasileira. Antes, os desafios partiam das resistências culturais de apresentarem os indivíduos com necessidades especiais como sendo pertencentes e participantes da sociedade, hoje já se torna possível a valorização do reconhecimento de que tais pessoas possuem, desde ao nascer até a vida adulta, gozar igualmente dos direitos fundamentais, dentre os quais, igualdade e não discriminação, acesso à justiça, liberdade e segurança, vida independente e inclusão na comunidade, nacionalidade, saúde, trabalho e emprego, educação e muitos outros, que se tornaram garantias por lei. A existência da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência demonstra todas essas garantias e o conseqüente progresso, sendo ainda insuficiente as suas práticas. Os avanços foram evidentes a partir do instante em que os pais de crianças com NEE assumiram sua identidade, não mais se envergonhando do que acreditavam ser uma deficiência, deformação humana, acreditando ser possível inseri-las no campo escolar diverso e dinâmico. Antes, o desafio era colocá-las em salas comuns de ensino, hoje se configura pela superação dos preconceitos e práticas educacionais tradicionais que não permitem adaptações, impedindo a plena integração de todos, até mesmo a dos deficientes. A Educação Inclusiva se consolida quando se efetiva nos espaços escolares, a partir da ação pontual de educadores comprometidos com o projeto de inclusão no cotidiano do ambiente educacional, onde são colocados em discussões, ofertando assim, uma grande oportunidade de levarmos para dentro de nossas salas de aula e dos conselhos escolares a questão da inclusão. Deixar de contextualizar esses temas é desperdiçar a chance de torná-los significativos para o ambiente escolar. Por meio das leituras, foi possível observar que os professores assumem cada vez o papel preponderante de fazer diferente, observando que a realidade da mudança de paradigma só ocorre quando há a participação de pais e professores para a implementação da cultura da inclusão e da participação, mesmo com os obstáculos que aparecem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1998

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 23.ed. Revista e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008

Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca. Regras e Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, 1994

Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010

GIROTO, Claudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; BERBERIAN, Ana Paula. (org.). **Surdez e Inclusão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Com fazer?** São Paulo; Moderna, 2003

MITTLER, P. **Working towards inclusion education: social contexts**. London, David Fulton Publishers Ltda. 2000